



SANTO AGOSTINHO E O PECADO ORIGINAL COMO CONSEQUENCIAS DO DISTANCIAMENTO DO SUMO BEM PARA O PRÓPRIO BEM

Rodrigo Lima Teixeira¹

RESUMO

Tenta-se neste artigo compreender sobre a questão do pecado original e fazer uma análise sobre a hereditariedade do ser, onde cada ser humano é afetado pelo pecado do primeiro pai como ideia do distanciamento do sumo bem na concepção de Santo Agostinho. O pecado original para Agostinho é este mau uso da liberdade que o primeiro homem adotou para produzir em si o seu próprio conceito de bem e por causa disso se afastou de Deus que é o Sumo Bem.. Este mal é, portanto, o pecado original que por causa desse bem próprio se afastou do Sumo Bem e afetou todos os seres humanos porquanto o ser humano partiu do primeiro pai assim tendo a mesma natureza. Com isso, primeiramente será estudado o pecado original no pensamento de Santo Agostinho. Após o entendimento do pecado original em Agostinho, serão estudadas as causas e efeitos do pecado original. E por último, será estudado o mau moral e a liberdade humana em Agostinho.

PALAVRAS-CHAVE: Pecado Original. Mal. Liberdade. Morte. Culpa

ABSTRACT

An attempt is made in this article to try to understand the question of original sin and do an analysis of the inheritance of being, where every human being is affected by the sin of the first father as idea of distancing the highest good in St. Augustine's conception. The original sin Augustine is this misuse of the freedom that the first man took to make itself its own concept of good and because of that fell away from God who is the Supreme Good. This evil is therefore the original sin because of this well himself away from the Supreme Good and affected all human beings because human beings came from the first parent thus having the same nature. With this, we first

¹ Graduação em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas, Licenciando em Filosofia pelo Centro Universitário Filadélfia, Pós-graduado em Metodologia do Ensino em Filosofia e Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Aluno Especial no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas/UFAM. E-mail: rodrigoteixeira.jc@gmail.com



studied the original sin in the thought of St. Augustine. After the understanding of original sin in Augustine, the causes and effects of original sin will be studied. And finally, will be studied the bad moral and human freedom in Augustine.

KEYWORDS: Original Sin, Evil, Freedom. Death. Fault

INTRODUÇÃO

Quando Deus criou todos os seres existentes, os dotou de toda sorte de plenitude, mas o maior dom é a liberdade. Esta liberdade foi dada por Deus pelo simples fato de Deus criar seres mutáveis que mudam de variação e pode usar de seu livre-arbítrio para estabelecer o que é e o que não é.

Assim, Deus os criou para seguir neste estado de plenitude e obediência até a consumação da imortalidade sem muito esforço. Porém esta liberdade que o homem tinha era para que seguisse o bem supremo e o Ser Superior, mas por causa de sua mutabilidade e sua liberdade, usou de forma errada e seguiu aquilo que achou como seu bem próprio causando assim o mau uso de sua liberdade.

Esta visão é de Santo Agostinho que em resposta ao Maniqueus, que acreditavam que Deus é bom e que não habita nele mau algum, porém há um ser existencial que habita na eternidade que atua para fazer este mal. Agostinho assim, vai estabelecer toda uma doutrina do mal e do pecado dizendo que o mal não existe, mas o mal é na verdade a ausência deste bem maior, onde o homem usou de sua liberdade para seguir ao um bem próprio causando com isso o pecado e que este pecado é a soberba.

Santo Agostinho encontrava-se num dilema intrigante: Como um Deus bom e justo pode ser o ator do mal? E como pode Deus criar todas as coisas e o mal existir e o pecado se proliferar no mundo? São perguntas que Agostinho tenta responder no decorrer de toda sua vida. Deus o criador de tudo que há, sendo o ser infinito e imutável, fez todas as coisas do nada e assim fez todas as coisas inferiores. Por isso, deu-os a liberdade como sendo seres mutáveis para escolher seguir o bem supremo e assim alcançar a imortalidade. Porém o



homem que é criatura, usou o sua liberdade para seguir o seu bem próprio que nada mais o que chamamos de mal. Assim, portanto, o pecado é o mau uso da liberdade que os seres criados optaram para seguir o seu bem próprio e assim encontrando-se para sua própria felicidade.

Desta forma, o pecado entrou no mundo e por isso todos pecaram cujo castigo é a morte. A morte é este castigo que causou essa separação do homem para com o bem maior e assim é necessário que outro ser da mesma natureza do primeiro homem morra, para que a dívida seja paga.

O pecado original é, portanto a morte, e essa distância que por causa do mau uso do livre-arbítrio causou a culpa, as ansiedades e as ambiguidades no homem. Essa é a constante no homem que a sua liberdade é parcial. O homem é um ser finito e terreno e é a imagem semelhança de Deus. Por causa disso o homem ama a Deus por ser se criatura e o odeia por querer ultrapassar os limites de sua liberdade, e, portanto, surgem essas ambiguidades e a luta de liberdade contra a finitude. Por causa disso, o homem tem a liberdade, mas não tem este poder de voltar para Deus, à liberdade da o homem a condição de pecar, mas não dá o poder necessário para voltar a Deus, e nisto consiste a soberania de Deus que pela Sua graça, trás o homem de volta.

A finalidade deste trabalho é mostrar como que o pecado entrou na terra, e como passou a todos os homens segundo a visão de Agostinho, e mostrar as suas mazelas e culpas existências que são a causa deste pecado original. Mostrar também as causas e efeitos deste pecado original e entender as angústias e as culpas existências com ambiguidades através da filosofia e da teologia. Mostrar que a liberdade consentida e o seu mau uso, foi à causa do pecado e que o livre arbítrio que é um bem foi o motivo que levou o homem a ir para um bem inferior, buscando assim as suas felicidades pessoais e suas paixões.

1. O pecado original no pensamento de Santo Agostinho

Agostinho, pai da igreja, teólogo e bispo, encontrou-se em uma encruzilhada importante da teologia e encaminhou nesta encruzilhada todo o Ocidente para uma determinada direção. Agostinho marca o fim de uma era e o início de outra. É o último dos escritores da Antiguidade e o precursor da teologia medieval. As principais correntes da teologia da Antiguidade convergiam para ele e dele fluíram as correntes, não somente do escolasticismo medieval, mas também da teologia protestante do século XVI. (GONZALEZ, 1980).

A produção literária de Agostinho Segundo Gonzalez (1980) é vasta e é possível encontrar vários assuntos, e não raro, antecipou alguns assuntos filosóficos, da psicologia e da teologia que surgiram em eras posteriores. Pode-se dizer que Agostinho teve pensamentos evolucionários em toda sua vida, sempre mudando de acordo com as finalidades estabelecidas no processo teológico de crescimento nas ideias dele. Desta forma suas ideias às vezes se divergem uma das outras, mas isso é claro que sempre voltado para os debates a cerca das doutrinas cristãs que estava sendo estabelecidas no século V.

Gonzalez (1980) descreve que os pensamentos de Agostinho eram moldados de acordo com a necessidade do momento sobre autoridade das Escrituras. Desta forma, toda vez que era confrontado com alguma ideia teológica contrária a sua, ele formulava outra teologia para combater a ideia do seu oponente, foi assim com os maniqueístas e com Pelágio. Toda vez que analisava bem as ideias de cada um, ele crescia nas suas ideias e formulava a defesa de acordo com o que cada um pensava.

Agostinho (1995a) em um presente momento acreditava num sinergismo entre o homem e Deus, num livre-arbítrio humano, onde começou a argumentar sobre o pecado original e o mal que não provinha de Deus e não tinha uma ideia determinista dos maniqueístas onde falava que o mal era um ser substancial e



independente de Deus. Desta forma, Agostinho (1955a) usou o neoplatonismo para contrapor as ideias de que o mal no mundo não era causado por Deus ou até mesmo por uma ideia de que o mal é um ser substancial independente de Deus na eternidade.

Já contra Pelágio, Agostinho mudou a sua ideia sinergista para abraçar a ideia da soberania de Deus por completa, que dizia que o livre-arbítrio era somente a capacidade humana de somente pecar e de praticar a iniquidade e não um ato Soberano de Deus. Assim Agostinho (apud OLSEN 2009 p. 268), vai dizer que “os seres humanos realmente tinham o livre-arbítrio [...] Mas desde a queda do Jardim do Éden, o arbítrio humano ficou tão corrompido que a liberdade de não pecar tornou-se impossível”. Desta forma Agostinho foi contra a ideia pelagiana de que o pecado não era herdado e de que Adão foi criado da mesma forma que todos e que ele pecou por si mesmo porquanto o pecado era ensinado.

Em sua teologia, Agostinho (apud OLSEN, 2009) tenta formular uma doutrina do pecado que até então na se via entre os Patrísticos. A doutrina do pecado original até então era nova e que trazia consigo as suas próprias elaborações e fundamentadas em suas experiências pessoais.

Agostinho (1961b) enquanto fundamentava o pecado original, se via num dilema constante, de como conciliar o pecado com a soberania de Deus, sendo que Deus é bom? Como o ser humano pode ter pecado? E se Deus conhece tudo, como não saberia que o homem pecaria? São perguntas que Agostinho tenta responder ao longo de seus ensinamentos acerca do pecado.

Na formulação desta doutrina encontramos algumas ideias que Agostinho (1961b), vai tentar responder acerca do que se pode dizer de Deus como sendo bom e perfeito, e o homem criado de forma boa e sem pecado, cair e morrer. Agostinho em sua teologia elabora algumas respostas sobre o homem antes da queda e como esse homem bom é corrompido pelo mal:

Quanto ao homem, chamado, por criação natural, a ocupar lugar entre os anjos e os irracionais, Deus criou apenas um. Criou-o, porém, de tal forma,



que, se sujeita a seu Criador, como a verdadeiro Senhor, lhe cumprisse piedosa e obedientemente os preceitos, passaria sem morrer, em companhia dos anjos, a gozar de imortalidade feliz e eterna, mas se, pelo ao contrário, usando soberba e desobedientemente do livre-arbítrio, e ofendesse o Senhor seu Deus, seria sujeito à morte e viveria bestialmente, escravizado pela libido e destinado depois a suplício eterno. (AGOSTINHO,1961, p. 186).

Para Agostinho (1961b), o homem é criado de forma que pode sofrer mudanças, e que tão somente obedecesse a Deus, o homem obteria a sua imortalidade sem muito esforço. Agostinho (1961b) também disse acerca do livre-arbítrio, deixando claro que o mau uso desse livre-arbítrio é o motivo da queda do homem. Mais ainda assim, isso não responde como o pecado entrou no mundo, sendo que Deus é bom e não pode ser habitado pelo mal e o homem foi criado de forma boa sem conhecer o mal. Rosa (2004, p. 225) vai comentar sobre Agostinho da seguinte forma: “Quanto à capacidade de escolha, Deus deu a Adão a dupla capacidade de pecar ou de não pecar. Isto, porém, foi apenas durante o estágio de provação, antes da queda. Depois da queda, sem o auxílio da graça divina, o homem não pode deixar de pecar”. Desta forma, a liberdade que Deus deu a Adão é a capacidade de escolha durante o “estágio de provação”, e que sendo esse estágio aprovado alcançaria a sua imortalidade, mas que sendo reprovado por uma escolha errada, precisaria da graça divina para que voltasse a obedecer a Deus.

Este argumento da liberdade do primeiro homem é que mostra como o mal entrou no mundo. Para Agostinho (1961b), o mal não existe em si, não é uma substância, mas é o mau uso da liberdade que Deus deu ao homem que se afasta do bem maior e segue o seu próprio bem, sendo que o seu próprio bem é a soberba. Desta forma o mal não é um ser criado, ou substancialmente existente na eternidade, mas é um afastamento de um bem para um bem próprio:

Nenhuma natureza, absolutamente falando, é mal. Esse nome não se dá senão à privação de bem. Mas, dos bens terrenos aos celestiais e dos visíveis aos invisíveis, existem alguns bens superiores a outros. E são desiguais justamente para que todos possam existir. (AGOSTINHO 1961, p.130)



Quanto à natureza das coisas criadas, segundo Agostinho (1961b) cada uma é maior do que a outra e todas as coisas são criadas e estão no tempo e espaço, porém, todas elas são mutáveis e são sujeitas a mudanças relativas a seu livre-arbítrio, enquanto Deus é o Ser imutável e não há mudança de variação, fazendo disso criaturas sujeitas a todo tipo de mudança enquanto tempo espaço como descreve Brunner (1952, p. 30): “Antes do tempo há apenas Deus: e ‘antes do tempo’ é uma frase que sustenta a impressão da nossa própria existência temporal [...] O temporal é a essência daquilo que está criado; como criaturas somos temporais, tudo é temporal”. Assim, pode-se dizer que Agostinho (1961b) estava formulando uma resposta a cerca do mal e dizer que as criaturas eram sujeitos à mudança por serem criadas no tempo e espaço.

Para Agostinho (1961b), o pecado original se passa na concepção da morte. A morte é passada a todos os homens pelo pecado do primeiro homem por causa de sua desobediência e por Deus não ter feito o homem semelhante aos anjos quanto à semelhança substancial e os anjos não morrerem, assim o homem que obedecesse a Deus poderia alcançar a imortalidade sem passar pelo processo da morte:

Deus, com efeito, não criara os homens nas mesmas condições que os anjos, quer dizer, de forma que, se pecassem, não pudessem morrer. Criou- os de tal sorte que os cumpridores fiéis de sua obediência passariam, sem mediar à morte, a imortalidade angélica e eternidade feliz; quanto aos desobedientes, a morte ser-lhe-ia justo castigo e justa condenação. (AGOSTINHO 1961b, p. 197).

A morte é o castigo pelo qual o homem passa por desobedecer a Deus no Éden, desta forma, o homem criado de forma imperfeita, alcançaria a vida eterna, porém a sua desobediência é a causa primeira da morte no mundo e por isso há o pecado original. Na pecaminosidade do ser, os fatores desta ruína é a própria soberba humana que nada mais é do que a busca do bem pessoal longe do bem maior e assim por causa dessa mutabilidade o homem passou a morrer:



Por isso é preciso admitir haverem os primeiros homens sido criados em tal estado, que, se não pecassem, não sofreriam gênero algum de morte, porque em havendo o pecado, foram punidos com a morte que por isso mesmo se tornaria extensiva a todos os seus descendentes. (AGOSTINHO, 1961b, p.199).

E nessa concepção, os argumentos agostinianos acerca do pecado original é a desobediência do primeiro homem do qual Deus estabeleceu uma lei e que fosse cumprida e o não cumprimento geraria a morte do ser e a morte de todos seus descendentes porque todos partiram do mesmo homem, por isso Berkouwer (1958, p.12), vai dizer que houve uma “destruição incontestável das relações humanas, ou desobediência ao santo mandamento de Deus, ruptura da comunhão com Ele, enfim, rebelião contra o seu domínio”. Assim, tanto a morte, quanto os atos, nada mais é do que a desobediência do primeiro pai que passou todos os homens de forma que todos morrem por causa deste distanciamento da graça.

Tão logo o pecado já sendo concebido no mundo, devemos entender a causa dos atos, aquilo que se considera como mal. Entende-se que a causa da morte é o castigo divino a desobediência do primeiro pai e assim passou a todos os homens, mas o que leva os homens aos atos pecaminosos? Neste sentido, Agostinho (1961b), acreditava que a liberdade dado ao homem por Deus para que ele fizesse a escolha de obedecer a Deus e alcançar a imortalidade, era de fato à mutabilidade humana criada por Deus no tempo espaço, porém havendo essa desobediência a alma humana vai perdendo o seu estado natural ao passar do tempo, sendo que desta forma só a graça divina traz o homem de volta, como diz Rosa (2004, p. 228): “Visto que o livre-arbítrio foi dado ao homem por Deus, e perdido pela escolha do pecado, ele não pode ser recuperado senão através da ação da graça de Deus”. Por isso Agostinho de forma bem diferente coloca a responsabilidade do homem quanto a pecar e escolher através do livre-arbítrio o estado o qual se encontra, mas diz que Deus é único responsável de tudo que o homem escolhe de bom.



Assim, para Agostinho (1961b), os atos pecaminosos é esta alma afastada do bem maior que na procura do seu próprio bem, o homem vai para aquilo que ele acha que é bom para ele, se afastando do bem maior, e que em suma é porque cada vez mais a alma está sendo mudada neste processo do qual o homem segue-se aos vícios. Assim todo ato pecaminoso tem a causa primaria que nada mais é do que a própria soberba humana. Apesar de que Pelágio (apud OLSEN, 2009), afirme que a soberba é um ato pecaminoso igual a todos os outros, Agostinho (1961b), afirma que a soberba é o inicio de todos os outros pecados que desagradam a Deus e que todos os atos pecaminosos são diferentes deste ato de soberba.

Agostinho (2007c) vai dizer que nem todos os atos são iguais à soberba porquanto alguns cometem por ignorância e outros comentem por fraquezas, e ainda outros por choros e gemidos, mas nem toda a má ação é fruto da soberba: “De fato a soberba, sendo por si um grande pecado, de tal modo pode existir sem os outros, que, como antes disse muitas vezes se imiscui e se introduz com mais rapidez não nas más, e sim nas boas ações”. (AGOSTINHO 1961b, p. 29).

Por isso que hoje em dia há uma teologia voltada para o pecado original e que entendemos que por causa do pecado original, o mal existente corrompe a terra e que a miséria decorrente no processo cada vez mais fica degradante em decorrência deste afastamento do bem maior que se originou no primeiro homem.

Nesta concepção, Agostinho (1961b) acreditava nesse dualismo inerente que se digladiavam constantemente na historia humana após a queda, uma era a cidade dos homens e outra era a cidade de Deus. Na cidade humana, são todos aqueles que seguem o sem bem próprio e que morrem por causa da desobediência a Deus e tem a necessidade da morte como pagamento real a sua desobediência e querem viver segundo a carne. A outra é a cidade de Deus, dos quais Deus livra alguns destes pensamentos inerentes e dar um novo ser, e traz de volta o homem caído, e este passa a obedecer e a viver no espírito e na



paz, como diz Brunner (2006, p. 129): “Na Bíblia, pecado não significa alguma coisa moral, mas denota a necessidade de redenção do homem, o estado em que se encontra o homem natural, visto a luz do seu destino divino”.

Este dualismo é criado por Agostinho (1961b), para explicar esse contraste humano da carne e do espírito e para responder acerca das consequências do pecado do primeiro homem. Os atos pecaminosos, como já foram falados, é a consequência da soberba humana onde a alma cada vez mais se afasta daquilo que era no primeiro homem, contudo, não é na carne onde se encontra este pulso que nos leva aos atos pecaminosos, para Agostinho os atos pecaminosos tem sua origem na alma humana.

Esta argumentação mostra que Agostinho cria no que diz respeito à alma corruptível como um motor propulsor que leva o homem aos atos pecaminosos, tirando a total responsabilidade do corpo humano de ser o fator que nos leva ao ato pecaminoso. Por isso que Agostinho (1961b) argumenta que se fosse o corpo, não poderíamos dizer que o diabo era pecador, por não ter corpo, sendo assim livre de tal pecado, mas a alma corruptível nos leva a estes atos.

De fato, Agostinho (1961b) apresenta boas argumentações acerca do pecado original e de suas consequências inerentes à queda do primeiro homem e que toda a sua teologia está baseado no que diz respeito ao mau uso deste livre-arbítrio, onde o homem tem vontade de se voltar para Deus, mas não tem o poder necessário para voltar, onde necessita da graça de Deus para que possa ter uma nova consciência e ter a alma renovada para obediência, e que os atos pecaminosos do homem é culpa de sua própria soberba em si, por se afastar do bem maior que é Deus e que a alma fica cada vez mais propícia aos atos pecaminosos no decorrer do processo. Estes argumentos influenciou toda uma teologia no decorrer dos anos e até hoje é visto como uma doutrina ortodoxa no seio acadêmico e eclesiológico.

2. As causas e efeitos do pecado original



Segundo Agostinho (1961b), todas as coisas criadas por Deus são boas em si, mas as próprias coisas em si com suas liberdades, escolheram o seu bem próprio, construindo assim o que é chamado de “soberba”. Deus criou as naturezas e de forma reta, elas mesmas podem construir em sua obediência os fatores que os levariam a imortalidade. Por outro lado essa imortalidade é parcial, sendo que o único imortal é Deus.

Nesta visão, Agostinho (2007c), continua a sua explicação a cerca do pecado original que se nos acentuam os próprios vícios humanos, que não foi Deus quem criou, mas foi o mal uso de sua liberdade para efetuar o seu bem próprio, desta forma Agostinho (2007c, p. 24), fala distintivamente: “Deus revelou-nos pelas suas santas Escrituras que o homem possui o dom da liberdade. Com palavras divinas, e não humanas, lembrar- vos-ei como no-lo revelou”. Deus o Ser perfeito, o causador de todas as coisas que se encontram existentes. É o Ser imutável que não sofre mudança de variação, cria seres mutáveis dos quais tem a liberdade de mudar e se encontrar com o seu bem próprio se afastando do bem maior.

Mas em se falando de liberdade, até que ponto era essa liberdade? Esta liberdade consistia em o que? No que se diz respeito há este tipo de liberdade do qual o homem ultrapassou? Essas perguntas são bem difíceis de responder, mas Agostinho tentou responder algumas delas e que esta liberdade teve um fator causador de todas as culpas e medos dos quais o próprio homem é assombrado.

Agostinho (1961b) argumenta que o ser humano no Éden, tinha a capacidade de não pecar e que após a desobediência o ser humano não pode mais parar de pecar, é o que diz Olsen (2001, p. 277) acerca da teologia de Agostinho:

Antes da desobediência, Adão tinha a capacidade de não pecar. Naqueles tempos, ele estava na posição *posse non peccare*: era possível não pecar. Com a desobediência, Adão e toda a sua posteridade, à exceção de Jesus Cristo, passou para *non posse non peccare*: é impossível não pecar.

Esta forma de pensamento é relevante, ela tira todo o pensamento monista de que existia um Deus que era tanto o autor do bem, como do mal e ainda tira o pensamento dualístico de que Deus é o autor somente do bem, e o mal é um ser substancial já existente na eternidade. Assim o homem foi criado com a liberdade finita que Deus deu e desta forma o homem tem a liberdade de pecar, mas por causa disso é controlado pelo ato divino de Deus:

Esta condição é única e singular é: como criatura, o homem é um ser finito; como imagem e semelhança de Deus, ele é livre. Gerou-se, portanto, no homem como resultado de sua condição de criatura de Deus, o problema de finitude versus liberdade. (ROSA, 2004, p. 174).

Aquilo que o homem poderia ter visto na sua vida no Éden, viu nesta sua liberdade um potencial de infinitude. Assim, por causa disso, o ser humano ultrapassa os limites de sua liberdade e de ser finito, onde há uma luta travada entre esses dois polos – finitude e liberdade, que gera o orgulho, a ambivalência, a ansiedade e a culpa, e que caracterizam o homem decaído atual.

Essa liberdade consentida por Deus está no âmbito da vontade humana de ser, cujos fatores é que um é consentido e outro não. O consentimento vem da liberdade de não ser ou ser, e que esses fatores nos levam a ver que Agostinho acreditava numa liberdade parcial que leva ao homem para um lugar, e que uns dizem não e outros dizem sim:

Como se não fora a própria vontade a que dá consentimento, da má vontade que se abandona ao pérfido conselheiro. Para evitar a dificuldade, suponhamos que ambas as pessoas são tentadas pela mesma tentação e uma cede e consente, enquanto a outra, a mesma de antes, lhe resiste. (AGOSTINHO, 1961b, p. 162).

Por isso dizer que a vontade é uma das coisas os quais Agostinho (1961b) coloca como sendo o fator que leva ao homem ao mau uso de sua própria liberdade, sendo que até esta liberdade foi à forma de o homem pecar, porém esta mesma liberdade não tem o poder para trazê-lo de volta. Nesta finitude do



homem, nasce esta soberba de querer ter a infinitude de Deus, desta forma, o homem tende a querer ultrapassar as liberdades que Deus estabeleceu.

Assim, homem querendo passar a sua própria finitude, usa da liberdade para querer alcançar a inifinitude: “É essa, aparentemente, a natureza essencial do pecado. Acontece, porém, que Deus impõe limites a essa presunção humana. Deus não permite que o homem ultrapasse os limites naturais de sua condição de criatura finita”. (ROSA, 2004, p. 175). As consequências deste mau uso da liberdade consentida é a degeneração da alma pelo qual se afasta cada vez mais o homem daquilo que ele já foi antes seguindo o seu próprio bem, e assim, veio todos os tipos de mazelas que hoje se ver como consequências da culpa humana, das ambiguidades, e das angustias que geram esta ambivalência.

A ambivalência é também inevitável à condição do homem como ser finito. A ambivalência do homem resulta simplesmente do fato de ser ele parte integrante da natureza, mas ao mesmo tempo de transcendê-la. Por assim dizer, entre o céu e a terra, entre o tempo e a eternidade, o homem é simultaneamente atraído em ambas a direções:

O homem tende a amar a Deus porque Deus é o fundamento do seu próprio ser e dele não pode se afastar-se completamente, mesmo quando, para isto, faz um esforço hercúleo. Mas, ao mesmo, vê em Deus o único empecilho ao alcance de sua ambição de infinitude. (ROSA, 2004, Pg. 176)

Esses sentimentos nada mais é que essa distância que cada vez mais o ser humano tem. A ansiedade é uma destas marcas da condição finita humana. Esta alienação do fundamento do ser gera hostilidade entre Deus e o homem, entre o homem e a natureza e cria o drama intra-subjutivo de insegurança e medo. Kierkegaard (1974) tem este fundamento com a relação ao homem e o desespero. Este desespero nada mais é a angustia que a liberdade provocou no primeiro pecado no homem. Para Kierkegaard (1974), foi por intermédio de Adão, estabelecida uma diferença e uma similaridade entre ele e os demais indivíduos subsequentes. A similaridade consiste na relação entre o primeiro pecado de



Adão e o primeiro pecado de cada indivíduo. Esta similaridade repousa, sempre, no fato do primeiro pecado de cada indivíduo ser singular, ou seja, tanto Adão quanto os indivíduos subsequentes tornam-se pecadores pela proclamação do próprio pecado. A diferença está na angústia, cujo estado afetivo precede ao pecado: a angústia conforme se deu em Adão nunca mais irá se repetir. Somente neste sentido o pecado de Adão é essencialmente diferente do primeiro:

Mas quanto mais consciência há nesse eu passivo, que sofre e quer desesperadamente ser ele próprio, tanto mais o desespero se condensa e tende para o demoníaco, do mal eis a frequente origem. Um desesperado, que quer ser ele próprio, suporta de má vontade qualquer estado penoso ou inseparável do seu eu concreto. Lança-se então com toda a sua paixão nesse tormento, que acaba de se tornar num raivar demoníaco (KIERKEGAARD, 1974, p. 376).

O primeiro pecado de Adão foi livremente escolhido a partir da angústia que é uma necessidade para que haja a culpa. É a partir deste fato, o ato livre, que se pode atribuir ao pecado de Adão e de todos os indivíduos subsequentes uma qualidade. Dessa forma, a pecabilidade da raça e a angústia movem-se em determinações quantitativas, isto é, a angústia e o pecado assumem, hoje no mundo, características peculiares.

Assim, Adão se angustia diante da liberdade de poder. Ela (a angústia) é uma liberdade entravada e não na necessidade, mas em si mesma. A concretude da liberdade realizada no ato da escolha não é equívoca, no instante onde a realidade é posta, a possibilidade se separa como um inútil objeto de tentação.

Na concepção de Hegel (apud HOSLE, 2007), todas as causas existentes do sofrimento, tem sua causa no pecado original sendo que a liberdade que o primeiro homem tinha é a causa do mal em si e sem esta liberdade não haveria a salvação e o conhecimentos do bem, como diz Hegel (apud HOSLE, 2007, p. 715): “Aqui (na liberdade) esta a fonte do mal, mas também o ponto onde a reconciliação tem sua fonte ultima. É o adoecer e a saúde da fonte”. Com a liberdade, a capacidade de decisão, surge à possibilidade do mal, mas é também



uma condição necessária para o verdadeiro conhecimento racional do bem e assim para a verdadeira consumação do homem. Para Hegel (apud HOSLE), este tipo de liberdade provindo do pecado original nada mais é do que o surgimento da liberdade da onde o ser humano sai da apatia para a verdadeira luz da consciência. Esta liberdade causou no ser humano uma ambivalência de finitude e infinitude que acarreta nesta ambiguidade que causa da culpa. Assim Hegel (apud HOSLE, 2007) continua dizendo que o pecado original é louvável porque sem isso não conheceríamos o bem e com isso não alcançaríamos a verdadeira salvação.

Temos neste sentido outra implicação da condição humana como criatura é a experiência do sentimento de culpa. Esta culpa é existencial, ou seja, do sentimento resultante da discrepância entre o ideal e o real, entre aquilo que somos e aquilo que sabemos que poderíamos ser. A culpa humana é algo que o ser humano tem por causa do seu mal uso de sua liberdade, e com isso a culpa nada mais é do que as implicações da finitude humana para com Deus que se afasta cada vez mais, onde há uma necessidade de dívida, e essa culpa se estabelece na hereditariedade da morte onde se estabelece toda a culpa para a raça humana e com isso o homem é um devedor de Deus todos os descendentes do primeiro homem, assim, todos que estão em Adão morreram e a culpa e o medo se instalaram no homem. Desta forma, a dívida é muito grande para com Deus, e que a satisfação deve ser proporcional ao pecado, e que o homem não pode proporcioná-la por si só. Por isso que Anselmo de Cantuário vai dizer no seu argumento que mesmo que cada um ande no amor de Deus, e o honre, ainda assim não satisfaz a dívida humana para com Deus:

Quando tu dás a Deus do que Lhe deve, ainda que não tenhas pecado, não debes considerá-lo como uma satisfação de tua dívida. Pois tudo que tens dito o debes a Deus. Tão grande deve ser neste mundo o amor de Deus e o desejo de alcançar o fim para o qual foste criado, e a dor de não havê-lo conseguido, e o temor de não chegar a ele, que não debes sentir nenhuma alegria senão por aquelas coisas que te são uma ajuda para isso ou te proporcionam uma esperança de chegar a ele. (CANTUÁRIO, 2003, p. 77).



Para Cantuário (2003), nem mesmo as melhores ações do homem podem satisfazer o pecado humano na terra e que o pagamento desta dívida só pode ser efetuada com a completa satisfação que o pecado ocasionou na humanidade pelo primeiro homem, assim só a morte pelo pecado pode satisfazer essa dívida para com Deus. Sendo assim, a culpa existente na humanidade só pode ser tirada pela morte de um homem que satisfaça essa dívida.

Neste caso, Anselmo (2003) argumenta que o ser humano havia o livre-arbítrio no início de tudo e que assim como Agostinho, cria que o homem tinha o poder de não pecar e de obedecer a Deus e não a demônios. Porém o homem desonra a Deus quando sede a tentação dos demônios e que mesmo tendo o poder de não ceder às tentações, espontaneamente se deixa ser vencido:

O homem inocente no paraíso, entre Deus e o demônio, foi criado a favor de Deus para que vencesse o demônio, não consentido quando este o incitava ao pecado, e assim saísse em defesa da honra de Deus e envergonhasse o demônio, já que sendo na terra mais frágil, não teria pecado consentindo na tentação de Satanás, o qual, não obstante sendo o mais forte e não tendo quem o tentasse se deixou ao pecado no céu. O homem poderia muito bem conservar esse posto que Deus lhe consignasse, e, no entanto, sem que ninguém o obrigasse, ele mesmo espontaneamente se deixou vencer seguindo a vontade do demônio e contrariando a vontade de Deus. (CANTUÁRIO, 2003, p. 84).

Por causa deste consentimento feito por um só homem, segundo Cantuário (2003), o homem desonrou a Deus e que só com a obediência de um só homem, pague a dívida de morte que o homem tem com Deus e assim pode satisfazer a culpa estabelecida na humanidade.

Desta forma, toda essa implicação tem suas origens no mau uso da liberdade do qual o primeiro homem usou e assim se afastou do bem maior do qual Agostinho quis dizer. Neste sentindo, essas angústias, ou as ansiedades existentes hoje nada mais é do que a alma humana degenerada que se afastou cada vez mais do que o primeiro homem foi e assim provocando os vícios estabelecidos em toda a natureza humana. A doutrina de Agostinho supõe a



existência de uma ordem objetiva. O reconhecimento desta ordem é a condição do retorno, tanto do entendimento como da vontade:

A experiência atesta a presença, em cada um de nós, de um princípio de atividade, que é à vontade. Esta não forma parte do homem, à maneira de qualquer outra potência da alma; antes, ela está na própria raiz do seu ser, a ponto de podermos identificá-los com sua vontade. (AGOSTINHO apud BOEHNER, 1970, p. 188).

Para Agostinho (apud BOEHNER, 1970), a liberdade foi quebrada pela vontade do homem que iniciou o seu caminho da “não forma”, ou seja, do caminhar para o seu próprio bem e fazer mau uso do seu livre-arbítrio, e que sua força orientadora é a vontade e que essa força culmina na liberdade. Assim Agostinho continua dizendo que esse mau uso da liberdade consiste no amor próprio:

Daí decorre algumas consequências importantes. O amor é a própria essência, e por isso ele não encontra repouso enquanto não encontrar o seu lugar. Até esse momento amor inquieto [...] Portanto, seria uma insensatez querer apartar o homem do seu amor. Se há problema, este não diz respeito ao amor como tal, nem a necessidade de amar, mas unicamente o objeto do amor. (AGOSTINHO apud BOEHNER, 1970, p.189).

E este amor próprio é a não forma que leva o homem amar aquilo que consiste num amor central das coisas que por si só são maus. Este amar estar no homem, mas o que amar estar na liberdade da vontade humana que leva para aquilo que ele quer e não consegue voltar ao não ser pela graça divina. Este amor maior é que trás de volta o homem daquilo que a sua própria liberdade o havia conduzido e agora ele volta a ter essa vontade reestabelecida:

O homem pode cair livremente, isto é, por sua própria vontade, mas foi incapaz de reerguer-se por suas próprias forças e sem graça de Deus. Para poder recuperar a justiça perfeita que possuía no paraíso, foi preciso que Deus o restituísse ao estado de liberdade com o seu auxílio gratuito. (AGOSTINHO apud BOEHNER, 1970, p. 192).



Portanto a vontade humana é aquela que leva o ser a escolher o que cada um é no sentido do seu próprio ser, assim o amor que levou ao não bem é a soberba que conduz aos vícios, e assim essa liberdade consentida de não pecar se transformou numa via de degeneração que levou o ser a ansiedade e a ambiguidade do finito para com o infinito.

3. O mau moral e a liberdade humana em Agostinho

Estas reflexões nos levam a ver o que estar ao redor, que somos livres em todos os níveis, mas será que se pode dizer que somos livres no sentido de ser? A liberdade de não ser é verdadeira? Nada mais justo refletir sobre esta liberdade pelo qual se diz que é aquilo que se quer, mas muitas das vezes esquece-se de dizer que é aquilo que também não se quer.

A liberdade em si, é um ato de querer, mas também de não querer e esta reflexão nos leva a um pensamento que realmente nos faz delirar o quanto mais se pensa nestas coisas, afinal, se somos livres para o ser, será que conseguimos ser livres para o não ser? Enxerga-se nas implicações da natureza humana, uma falta de liberdade de não ser de forma perfeita e que todas essas liberdades nos levam a uma determinada direção que pode ser não tão boa, é como diz a Bíblia no livro de Provérbios capítulo 16 e versículo 24 (ARA): “A caminhos que parecem direito ao homem, mas no final são caminhos de morte”. Esses caminhos não tão bons é o que nós chamamos de mau caminho, porém, se há um mau caminho é porque teve um inicio destes maus caminhos, e se teve um inicio quer dizer que teve um causador do mal. Mas para explicar que a liberdade hoje não é tão perfeita como deve ser, e para explicar que a origem deste mal é o mau uso da liberdade, iremos buscar um entendimento na visão de Agostinho que o mal em si não existe e que na verdade o mal é o mau uso da liberdade.

Agostinho (1995a) vai dizer que Deus é o todo-poderoso, imutável, e o Bem supremo que criou todas as coisas e por causa disso todas as coisas criadas por



Deus são boas em si: “Deus é o todo-poderoso e Bem supremo criou todas as coisas por meio de seu Verbo, e nada pode escapar à ordem de sua Providência. Todas as suas obras são boas. O pecado não pode lhe ser imputado nem ficar fora da ordem providencial”. (AGOSTINHO, 1995, p.14).

Por isso dizer que Deus é o criador de tudo e de todo o bem estabelecido por Ele, assim é difícil consumá-lo como o autor do mal, sendo que nele não habita treva alguma. Porém se tudo provém de Deus, que é o Bem supremo de todas as coisas, de onde provém o mal? Agostinho (1995a) vai encontrar em Plotino as respostas necessárias para esta questão, ele vai dizer que o mal não é um ser, mas são deficiência e privação do ser.

Assim, Agostinho (1995a) continua dizendo que este mal é na verdade o mau uso da liberdade que o ser humano tem e que se afastou do bem maior para bem inferiores. Assim Agostinho (1995a) se aprofunda na questão e coloca a questão do mal em três níveis: metafísico-ontológico, moral e físico.

O ponto de vista metafísico-ontológico, não existe mal no cosmos, mas existem diferenças de graus, ou seja, graus inferiores de ser em relação a Deus e que se encontram todas elas no tempo e espaço e dependem da finitude dos seres criados que olhando superficialmente parecem com defeitos, mas na verdade é a ótica universal bem articulada de um grande conjunto harmônico.

Para Agostinho (1995a), do ponto de vista moral, trata-se do pecado. O pecado é o mau uso do livre- arbítrio, sendo que as coisas criadas por Deus são seres mutáveis, estão sujeitos à mudança e que através do seu livre-arbítrio, optaram por seguir o seu bem próprio em vez de seguir o “Bem Supremo” e assim buscou o seu próprio bem. Assim, como existem muitos bem criados e finitos, a vontade pode vir a tender querer as coisas criadas, buscando assim os bens inferiores.

Já o ponto de vista físico para Agostinho (1995a) é a consequência do mau uso desta liberdade, que todas as aflições e angústias, geram a ambiguidade do



finito para com o ser infinito, que gera os sofrimentos decorrentes no mundo. Assim essas escolhas geraram toda sorte de culpa e medo.

A existência do mal é algo que o cristianismo tenta responder por séculos. Como podemos dizer que Deus é o causador do mal, sendo que Deus é bom? Será o bem o causador do mal? É o que Agostinho vai tentar responder, onde o mal não é um ser substancial existente, mas é a corrupção da natureza boa criada de Deus:

Quando, então se perguntar de onde vem o mal, deve-se primeiro indagar o que é o mal e este não é outra coisa senão a corrupção seja da medida, da forma, ou de ordem que pertence à natureza. A natureza que, portanto, foi corrompida é tida como má, porquanto certamente é boa quando não é corrompida; mas, mesmo corrompida, é boa enquanto natureza e é má quanto corrompida. (AGOSTINHO apud BOHNER, 2001, p. 267).

Neste caso, as coisas criadas são boas e que no momento que se corrompeu se tornou mal, porém ainda falta a explicação do porque da natureza boa se tornar má. Agostinho explica que as coisas criadas do nada são inferiores a Deus e que são seres mutáveis, e por causa disso são passíveis de escolher o seu bem próprio:

Além disso, a natureza humana possui o dom da liberdade, que pode ser usado erroneamente para um bem menor do que aquele que Deus pretendia originalmente. Essa é a verdadeira fonte e origem da corrupção e da ausência do bem, ou seja, do que chamamos de mal – o mau uso do livre-arbítrio. (BOHNER, 2001, p. 267).

Este mal na verdade é o causador do pecado, onde na verdade o mau uso deste dom da liberdade dado ao homem é o que o afasta do bem supremo que é o causador do pecado. Assim, o abandono do melhor é a causa dessa mal e que o mal é o causador do pecado, como diz Agostinho (2002d, p. 267): “O pecado não é a busca da natureza má, mas o abandono da melhor, de modo que o ato em si é mau, mas a natureza que o pecador usa erroneamente. O mal é, pois, empregar erroneamente o que é bom”. Agostinho (2002d) vai dizer que

é mau moral que faz com o que o homem se afaste do bem, na verdade não é o mal em si, mas é um bem inferior que é proporcionado pela soberba.

Neste caso, pode-se dizer que o bem é o causador do mal, mas não o mal o causador do mal, porque o mal não tem causa, mas o bem tem causa. Neste caso, o mal não tem causa, por não ser uma substancia ou um ser existencial na eternidade, mas é um nome dado àquilo que buscamos como um bem próprio, é a busca pelos bens inferiores. Aquino (2002, p. 98) vai dizer que:

O que procede prova que o bem é causa do mal como material, pois já se demonstrou que o bem é o sujeito do mal. Quanto à causa formal, o mal não tem causa, pois é, antes de mais nada, privação da forma. E igualmente não tem causa final; pois o mal, longe de ter um fim, é mais uma privação da ordenação para o fim que tem razão de bem, mas também, o útil, que está ordenado para o fim. O mal, pois, tem como que uma causa eficiente, não por si só, mas acidentalmente.

Assim, portanto, Tomás de Aquino (2002), quer dizer que o acidente nada mais é do que o ser individual que é o causador do mal. Mas o causador é bom, mas a causa é má, porém mesmo a causa sendo má, ela é um bem próprio que nos afasta do bem maior. Ora, cometer o mal não é nada mais do que submeter sua vontade às paixões, ou preferir aos bens propostos pela fé eterna uma satisfação pessoal. E isso só é possível pela livre opção de nossa vontade.

Agostinho (2001d) vai dizer que o mal em si não é ensinado porque a instrução é boa e que já que não há causa para o mal em si e o mal é só um afastamento do bem maior para o seu próprio, é impossível que o mal seja ensinado. O que, porém mostra-se evidente é que a instrução sempre é um bem, visto que tal termo deriva do verbo 'instruir'. Assim, será impossível o mal ser objeto de instrução. Caso fosse ensinado, não seria um bem. Ora, a instrução é um bem. Logo, o mal não se aprende:

É em vão que procuras quem nos teria ensinado a praticá-lo. Logo, se a instrução falar sobre o mal será para ensinar a evitá-lo e não para nos levar a cometê-lo. De onde se segue que, fazer o mal, não seria outra coisa do que



renunciar à instrução. Pois a verdadeira instrução só pode ser para o bem. (AGOSTINHO, 1995a, p. 26).

Neste caso, o ensinamento está no início de tudo, de onde os primeiros seres se afastaram, nisso, é impossível que houvesse ensinamento, ou que tivessem aprendido a fazer o mal, assim, foi só a vontade própria do qual Deus deu como dom aos seres criados, que culminou neste afastamento.

E se falando de liberdade, Agostinho (1995a) é enfático em dizer que o livre- arbítrio é a causa do pecado, não no sentido de que Deus é o autor do pecado, mas Deus é o autor do livre-arbítrio que é bom, e este mau uso deste dom que culminou no pecado.

Agostinho (1995a) vai falar de uma liberdade que consiste na vontade. Essa vontade é fator que predomina na sua teologia e que por causa dessa vontade é que o homem conhece aquilo que chamamos de mal. Porém essa vontade era para antes da queda aquilo que Agostinho chamou “*posse non peccare*” onde há a possibilidade de não pecar. Esta era uma condição antes da queda, onde o ser humano tinha uma possibilidade de pecar e existe também a “*non posse non peccare*” onde nesta condição é impossível não pecar. Assim, pode-se dizer que a liberdade é para antes da queda para possibilidade de pecar, e esta possibilidade existia, por isso que a esta liberdade que é um bem, teve como consequência o pecado:

Agostinho alertou que duas conclusões não podiam ser tiradas daí. Primeiro não se podia dizer que sua teoria subteria a necessidade absoluta do pecado. O pecado e o mal são produtos do mau uso da liberdade e não são metafisicamente necessários. Mas como o primeiro casal humano foi desobediente, o pecado se tornou inevitável na vida deles e na vida de sua posteridade. Agostinho frisou a distinção entre a necessidade e inevitabilidade. Mesmo agora, muito tempo depois da transgressão de Adão, o pecado é inevitável, mas não é necessário. (BOHNER, 2001, p. 277).

Por esta razão, Agostinho tenta conciliar o livre-arbítrio com a soberania de Deus. Porém com estas afirmações, Agostinho chega a dizer que o ser humano tem o dom do livre-arbítrio e que esse livre arbítrio que tinha antes da



queda ainda tem depois da queda, mas que este livre-arbítrio após a queda é de fato o livre-arbítrio está tão condicionado ao pecado que é necessário a intervenção da graça de Deus para mudar essa vontade.

Nesta condição, a responsabilidade humana é clara e que mesmo após a queda, a responsabilidade humana continua, e que essa liberdade nos leva a uma condição de ser ou não ser, como diz Brunner (174, p. 206): “O pecado em si é um sinal e uma expressão do fato da nossa humanidade; quanto mais entendemos o homem como pecador, mais entendemos como um ser responsável”. Segundo Agostinho (1995a), as pessoas são livres para pecar, mas não são livres para não pecar. Isso porque desejam pecar. A queda corrompeu de tal maneira as suas motivações e seus desejos em que pecar são tudo o que o ser humano quer fazer sem a graça interveniente de Deus. Portanto, estão pecando livremente. Assim descreve Rosa (2004, p. 228) com relação à teologia de Agostinho:

Visto que o livre-arbítrio foi dado ao homem por Deus, e perdido pela escolha do pecado, ele não pode ser recuperado senão através da ação da graça de Deus. De modo bastante estranho, Agostinho ensina que o homem é responsável pelo mal que escolhe e que pratica, enquanto Deus é o único responsável pelo bem que o homem escolhe e que pratica.

Desta forma, o que parece que a liberdade vista por Agostinho (1995a) é que o homem tem a liberdade para seguir o seu próprio bem que é o seu mal, mas as decisões boas que o homem faz é só através da graça de Deus que impele o homem para fazer.

Como dito antes, pode-se entender esta liberdade como sendo uma prática tanto para o bem como para o mal. Agostinho nunca teve um problema com isso, o problema desta liberdade está na percepção do que é bom e mal:

Vista em si mesma, a vontade é um valor neutro, pois podemos utiliza-las tanto para o bem como para o mal. A vontade que opta pelo mal, torna-se mal; a que escolhe o bem, torna-se boa. Por isso não se pode chamá-la de boa sem primeiro determiná-la mais de perto. Na hierarquia de valores ela



medeia entre o sumo bem e os bens inferiores. (AGOSTINHO apud BOHNER, 1970, p.191).

Os valores de bens são colocados por Agostinho (1955a) como uma hierarquia de que os bens inferiores são o mal e o sumo bem é Deus. Assim, a liberdade estar nestes dois parâmetros. Na busca desses bens, o homem tem na vontade a sua liberdade que é o dom divino e assim o ser humano pode ter percepções de felicidade. Essas felicidades é um bem próprio que gera uma propriedade pessoal e que leva o homem tanto para o bem como para o mal:

O sumo bem e da contemplação da verdade, que são igualmente acessíveis a todos, a felicidade significa um bem próprio e pessoal. É verdade que não há felicidade senão na posse da verdade e do bem supremo; mas é necessário que esta felicidade decorrente do objeto comum a todos se transforme em propriedade pessoal. O que pressupõe a intervenção ativa da vontade. (AGOSTINHO apud BOHNER, 1970, p. 192).

Agostinho (apud BOHNER, 1970) quer dizer que a felicidade pessoal é a intervenção ativa da própria vontade, onde cada um escolhe aquilo que é bom para si, porém a bens maiores do que outros e que o ser humano através da sua vontade pode seguir um bem inferior ao bem supremo e ser egoisticamente feliz:

Entretanto, assim como a vontade pode fazer seus estes bens, ela pode também rejeitá-los e regozijar-se egoisticamente no seu próprio bem ao invés de buscar a felicidade no bem incomutável e comum a todos, e nisto consiste o pecado [...]. É o que sucede quando a vontade aspira a governar-se por si mesma, ou quando procura conhecer o que não é de sua conta, ou ainda, quando sucumbe aos apetites da carne. (BOHNER, 1970, p. 192).

Desta forma, o que se pode dizer é que as felicidades pessoais é fruto da liberdade, porém estes maus usos da liberdade é o que leva o homem ao egoísmo pessoal, indo ao seu próprio bem se afastando do bem maior, e assim buscando uma felicidade própria. Como se vê, a liberdade para o bem, que inclui, como reverso, a liberdade para o mal, radica, em ultima análise, na possibilidade da felicidade. Embora seja livre, o homem tem suas implicações, nem sempre se volta em fazer o bem. Por isso que a liberdade é o dom pelo qual Deus deu



ao homem e fez suas criaturas como autossuficiente quer para existir, para conhecer ou para viver.

O homem neste sentido é uma criatura e assim é um ser mutável e assim finito. Quanto ao ser finito, há mudanças de variações, porém é um ser ético e por causa disso são diferentes dos outros seres criados como os animais. Assim enquanto estar na terra é criatura, mas quanto ao ser transcendentais é a imagem semelhança de Deus. Mas assim, o homem após a queda, tem as ambiguidades que geram todo tipo de variações para o seu próprio bem, e assim causa essas ambivalências de finitude e infinitude.

Neste sentido, o homem quer sempre ultrapassar os limites de sua própria liberdade, querendo assim ter o orgulho de ser independente: “O orgulho do homem, tema amplamente explorado pelo gênio grego, consiste basicamente em querer ultrapassar os limites de sua própria finitude” (ROSA 2004, p. 175). Na infinitude do homem, Deus concedeu o dom da liberdade, e assim, o homem quer Deus por ser seu criador, mas o odeia por não deixar o homem ultrapassar a sua própria finitude, assim a vontade de independência é o que leva o homem a soberba de querer ser infinito:

No sentido religioso, pecado é essencialmente rebelião contra Deus. Consiste basicamente na tentativa de usurpar o lugar de Deus. Levado pela contingência natural que o torna inseguro, o homem recorre ao desejo de poder que ultrapasse os limites de sua condição de criatura. Reconhecendo os limites da mente, o homem tenta alcançar a abrangência da mente universal. (ROSA, 2004, p. 177).

Essa mente religiosa é de fato a concepção do que esta liberdade representa verdadeiramente, assim, Agostinho (1955a) apresenta essa posição de que o homem é livre, porém, a sua liberdade de não pecar, se tornou na liberdade de não parar de pecar e a necessidade da graça de Deus é essencial para que o homem retorne para Deus.

Esta condição leva também aquilo que chamamos de sensualidade que não se apresenta necessariamente como orgulho, desta forma, é bom falar que



estes atos sensuais não são atos volitivos de impulsos naturais dos homens, mas é aquilo que o homem alveja através do desejo de solucionar esse problema de liberdade e finitude. É disso que Agostinho diz quando ele fala “o mal provem da paixão interior” (AGOSTINHO, 1995a, p.32).

Como já dito, este mal é o que surge como sendo o bem próprio, assim isso é uma sensualidade que Agostinho diz que surge no interior, e conduz a malícia: “talvez seja na paixão que esteja a malícia do adultério. Pois ao procurares o mal num ato exterior visível, caíste em impasse”. (AGOSTINHO, 1995a, p. 32). Esta sensualidade é a paixão humana que levam a sua própria felicidade, cuja tudo estar neste mau uso da liberdade:

A sensualidade se constitui pecado quando ela apresenta o esforço abortivo de solucionar o problema da finitude e da liberdade enquanto conceitos contraditórios. Ela é pecado quando absolve a totalidade do nosso ser; quando ela se torna demoníaco. (ROSA, 2004, p. 178).

Nisto o homem viu uma potencial possibilidade de ser semelhante ao Criador, querendo assim ultrapassar a sua liberdade e nisto consiste a sua sensualidade e o mau uso de sua liberdade. O mau uso da liberdade consistiu no pecado no mundo. Assim, isso que chamamos de mal é na verdade o afastamento do homem do sumo bem para o bem próprio, fazendo disso o mau uso do livre-arbítrio. E esta liberdade que foi um dom de Deus ao homem é o motivo do pecado, não por causa do livre-arbítrio que é bom, mas visto que o homem usou a liberdade que tinha de forma que seguisse o seu próprio bem e assim sendo soberbo.

CONCLUSÃO

Encontramos em Agostinho uma tentativa de busca de uma solução satisfatória sobre as causas do pecado e do mal no mundo. Essa pergunta sempre nos vem quando se trata do problema do mal ou do pecado. A sua existência é ainda um mistério e que nem Agostinho e nem ninguém ainda

conseguiu decifrar ou ainda conseguiu achar uma resposta satisfatória. Porém, Agostinho tenta conciliar isso e tenta não transformar Deus num autor do mal, e tenta tirar a ideia maniqueísta de que o mal é ser existencial. O que se pode dizer é que tem muitas contradições a cerca da liberdade e do pecado em si. Agostinho vai dizer que a liberdade do homem o fez ir para uma direção do seu bem próprio se afastando do bem supremo, porém a sua liberdade só dá o poder para que ele vá mais não o poder para voltar, e assim necessita da graça de Deus para voltar. O seu argumento é que a até a liberdade humana foi corrompida e que por causa disso, o ser humano necessita da graça divina. O argumento sobre a ausência do bem é válida, onde na física veremos que a ausência da luz é a fonte da escuridão e que nos “Sistemas Pictóricos” a cores que são a remissão da luz vinda de um objeto que foi emitida por uma fonte luminosa por meio de ondas eletromagnéticas; e que corresponde à parte do espectro eletromagnético que é visível, ou seja, a cor é um fenômeno fisiológico, de caráter subjetivo e individual e por causa disso os sistemas pictóricos explica que a cor preta não existe, mas é a ausência de cor branca que produz o preto. Esse trabalho foi satisfatório para entender as consequências do pecado e que causou os atos pecaminosos que nada mais é do que esta ausência do bem maior e que pela alma do homem estar cada vez mais degenerada, o homem cada vez mais está longe daquilo que ele era no começo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Aurélio. **Cidade de Deus**. São Paulo, SP: Editora das Américas, 1961.

_____. **A Graça I**. São Paulo, SP: Editora Paulus, 2007.

_____. **A Graça II**. São Paulo, SP: Editora Paulus, 2002.



_____. **O Livre-Arbítrio**. São Paulo, SP: Editora Paulus, 1995.

AQUINO, Tomás. **Suma Teológica**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2002.

BOEHNER, Philotheus. **História da Filosofia Cristã**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1970.

BRUNNER, Emil. **Dogmática: Doutrina Cristã da Criação e Redenção**. São Paulo, SP: Editora Fonte Editorial, 2006.

BERKOWER, G. C. **Doutrina Bíblica do Pecado**. São Paulo, SP: Editora Arte, 1970.

CANTUÁRIA, Anselmo. **Porque Deus se Fez Homem**. São Paulo, SP: Editora Novo Século, 2003.

GONZALEZ, Justo L. **Uma História Ilustrada do Cristianismo: A Era dos Gigantes**. São Paulo, SP: Ed. Vida Nova, 1980

HOSLE, Vítorio. **O Sistema de Hegel: O idealismo da subjetividade e o problema da intersubjetividade**. Ed. São Paulo, SP: Editora Loyola, 2007.

KIERKEGAARD, Sören. **Os Pensadores**. Ed. São Paulo, SP: Editora Abril, 1974. (Org.)

OLSEN, Roger. **Historia da Teologia: 2000 anos de Tradição e Reforma**. São Paulo, SP: Editora Vida, 2001.

ROSA, Merval. **Antropologia Filosófica: Uma Perspectiva Cristã**. Rio de Janeiro: Editora Jurep, 2004.